



## Resgate da Conferência Internacional da Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA

Formada em 2020 com o objetivo de retomar o processo de formação da sociedade civil brasileira para atuar na agenda de comércio exterior e incidir, nacional e internacionalmente, na resistência aos Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA, a coordenação executiva da Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA – composta por FASE, Amigos da Terra Brasil, REBRIP, Internacional dos Serviços Públicos, Rede Jubileu Sul e Contraf Brasil, com apoio de MISEREOR e HEKS – realizou, entre os dias 02 e 07 de fevereiro de 2023, uma Conferência Internacional que reuniu mais de 80 participantes de organizações da sociedade civil, parlamentares brasileiros, latino-americanos e europeus.

Os objetivos da Conferência foram contribuir para construção de um novo espaço de diálogo no campo da política externa entre organizações da sociedade civil e o novo governo do Brasil, intercambiar análises e perspectivas acerca do Acordo Mercosul-UE, e iniciar a discussão sobre como projetos de integração regional, projetos de inserção internacional e projetos alternativos podem contribuir para o enfrentamento da desigualdade social. Para subsidiar os debates, a Frente elaborou o documento “Por que parar o Acordo Mercosul-União Europeia? Razões pelas quais a Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-União Europeia e Mercosul-EFTA apoia o Governo Lula pela reabertura das negociações com participação social”, disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/por-que-parar-o-acordo-mercossul-uniao-europeia/>.

O evento foi dividido em duas partes. A primeira foi uma visita de campo em Santarém-PA, na qual jornalistas, observadores internacionais e representantes da sociedade civil organizada puderam ouvir relatos das comunidades sobre os prejuízos causados pela produção de soja e milho e sua cadeia logística nos territórios no Oeste do Pará. Além disso, buscou visibilizar os conflitos socioambientais já existentes na região. Nessa etapa, comunidades tradicionais de Santarém discutiram com a Frente os impactos negativos da expansão da fronteira agropecuária na Amazônia, com foco nos efeitos da implantação de infraestruturas logísticas operadas pelos maiores traders globais. Vale destacar que a produção de soja é um dos principais impulsionadores do desmatamento na região e será grande beneficiária do Acordo Mercosul-UE. Foram realizadas diversas rodas de conversa com agricultores familiares e com povos e comunidades tradicionais que trabalham na perspectiva da agroecologia, da soberania alimentar e nutricional e que denunciaram as graves violações de direitos humanos já existentes na região,



que podem aumentar caso as cotas de exportação de soja e milho sejam ampliadas via Acordo.

A segunda parte da conferência foi dedicada a um Seminário de dois dias, realizado em Brasília-DF, com a participação de membros do governo e parlamentares brasileiros, deputados europeus e latino-americanos, além de diferentes membros da sociedade civil brasileira, latino-americana e europeia. Intitulado “A retomada da democracia no Brasil: o papel da política externa e do comércio internacional”, o Seminário é resultado do trabalho de aproximação e diálogo realizado pela Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA com eurodeputados ao longo dos últimos dois anos.

Transparência e participação foram os principais destaques do primeiro dia de diálogos (06/02). Durante o Painel I, “Por que o Acordo UE-Mercosul precisa ser revisitado e discutido com a sociedade?”, houve diversas intervenções de representantes de movimentos populares apontando a falta de debate com as organizações da sociedade civil e o quanto a implantação dos acordos pode impactar negativamente no desenvolvimento sustentável do Brasil, particularmente em territórios e comunidades tradicionais, em três vertentes: econômica, social e ambiental. Um dos destaques foi a intervenção de Kerexu Yxapyry, liderança Guarani Mbya e coordenadora executiva da APIB, que ressaltou como houve aumento das invasões, queimadas e assassinatos de lideranças com o avanço do agronegócio e do garimpo ilegal em diversos territórios. “Queremos rever o Acordo, que seja construído com nossa participação, em consonância com a Convenção 169 da OIT, que nos garante consulta prévia livre e informada”, ressaltou. A Eurodeputada Anna Cavazzini - Os Verdes, Alemanha (remoto), destacou que os Verdes estão lutando contra a atual versão do Acordo em busca de uma versão que encoraje a sustentabilidade e que crie salvaguardas contra o desmatamento. Ricardo Canese - Concertación Nacional Frente Guazú Paraguai e membro do Parlasul, destacou a importância de um diálogo proporcional entre a União Europeia e o Mercosul. “Temos que falar das assimetrias. Não se pode pensar na integração do elefante (União Europeia) com a formiga (Mercosul). Se a formiga pisa no elefante, nada acontece. Se o elefante a pisa, acaba com a formiga”, comparou o deputado. Em resposta, o embaixador Michel Arslanian Neto esclareceu que o novo governo pretende realizar um seminário sobre acordos internacionais, e que todos os textos relativos ao Acordo entre União Europeia e Mercosul estarão em breve disponíveis em português no site do Itamaraty.

Ao final do painel, uma comitiva de representantes da Frente foi recebida para uma conversa com o chanceler Mauro Vieira. No encontro, foram ressaltadas algumas questões relevantes. Primeiro, o chanceler deixou claro que o acordo não será concluído rapidamente, sendo o prazo de 6 meses pouco provável de ser



cumprido. Além disso, garantiu que todos os setores da sociedade serão consultados sobre o acordo, desde a sociedade civil até o empresariado e o agronegócio. Por fim, diferente do governo anterior, para o atual governo o Mercosul, caso assine, deve assinar necessariamente como bloco. Caso contrário, não haverá qualquer assinatura dos países individualmente. Na conversa ficou evidente a abertura do Itamaraty para futuras reuniões com a sociedade civil.

O segundo dia do Seminário (07/02) concentrou o debate sobre as perspectivas e os desafios em relação ao tratado comercial. Parlamentares brasileiros: Fernanda Melchionna - Deputada Federal pelo PSOL/RS; Dep. Célia Xakriabá - Deputada Federal pelo PSOL/MG; Dep. Nilto Tatto - Deputado Federal pelo PT/SP; Dep. Duda Salabert - Deputada Federal pelo PDT/MG; e o eurodeputado Miguel Urbán Crespo - A Esquerda, Espanha (remoto); se posicionaram sobre o Acordo. Os deputados apontaram alguns problemas do documento, como a questão da reprimarização da economia e a falta de transparência no processo de construção do texto. Além deles, a Coordenadora-Geral de Negociações Comerciais Extrarregionais do Ministério das Relações Exteriores, Clarissa Souza Della Nina, reforçou a informação de que o Itamaraty tem a ideia de fazer um seminário para discutir o capítulo de desenvolvimento sustentável do Acordo, destacando que o Brasil não deve adotar um modelo pronto dos EUA ou Europa, e sim criar seu próprio modelo. Além dos membros do governo, representantes de sindicatos e organizações sociais brasileiros e europeus apontaram suas preocupações em relação a temas específicos do tratado como energia, clima, expansão da fronteira agrícola, agricultura familiar e lobby das empresas, entre outros. Também estavam presentes Tom Kucharz, do observatório espanhol Ecologistas en Acción, representantes do grupo Agro é Fogo, CONAQ e IPT – Oficial.

Ao todo, da parte da sociedade civil, participaram do seminário Amigos da Terra Brasil, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação Agro é Fogo, Articulação Transatlântica, Centro de Apoio e Assessoria a Iniciativas Sociais (CAIS), Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CNTSS-CUT/ISP, Comitê da Mineração, Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, (CONFETAM), Conselho Pastoral dos Pescadores - Regional Nordeste II, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL), Comissão Pastoral da Terra (CPT), CUT Brasil, Esplar-Centro de Pesquisa e Assessoria, Fase – Solidariedade e Educação, Federação Nacional dos Enfermeiros Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital



(FENAFISCO), Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil, Fundação Boell, GRAIN, Greenpeace Brasil, Grupo Carta de Belém, HEKS, Instituto de Estudos Sócio Econômicos (INESC), Instituto Clima e Sociedade, Instituto Marielle Franco, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Instituto Terramar, International Rivers – Brasil, ISP Internacional dos Serviços Públicos, Justiça nos Trilhos, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento SOS Chapada dos Veadeiros, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-RS), Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), Plataforma América Latina Sin TLC, Plataforma Cipó, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Jubileu Sul Brasil, Secretaria de Meio Ambiente da CUT, Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, União das Mulheres da Amazônia Brasileira (UMIAB).

Após o fim do Seminário, no dia 7 de fevereiro, alguns membros da Frente se dividiram em grupos que se reuniram com representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e da Assessoria Especial do Presidente da República. Na reunião com o MDH, apresentamos nossa visão acerca dos Acordos e os representantes do ministério se surpreenderam com o quão problemáticos são. Eles se disponibilizaram a nos ajudar na pauta, reforçaram que iriam se atualizar sobre o assunto e sugeriram que investíssemos em nossa frente internacional com os parlamentares europeus, já que vários países da Europa tem restrições severas aos agrotóxicos. Além das consequências ambientais, apresentamos também as possíveis violações de direitos humanos que o Acordo promoveria. Já na reunião com a Assessoria Especial do Presidente da República, alguns membros da Frente se reuniram com Audo Araujo Faleiro, Assessor-Chefe Adjunto e Alexandre Pupo Quintino e Adriana Erthal Abdenur, da Assessoria Especial da Presidência da República. Na reunião, o secretário-adjunto parabenizou a Frente pelo *timing* e mobilização para o Seminário. Os representantes da presidência destacaram que o caminho lógico é revisitar o Acordo – pois a Presidência e o Ministério das Relações Exteriores ainda não tiveram a oportunidade de rever o que foi acordado no governo passado – para, só então, sentar e renegociar, se for de interesse nacional e do Mercosul. Além disso, afirmaram que o eventual ônus de um não acordo deve ser revertido, pois o Brasil vai fazer sua parte, incluindo a tradução para o português de toda a documentação, estudos técnicos e consulta aos setores da sociedade, assim como a negociação prioritária no bloco do Mercosul. Tendo em vista que as partes do Acordo Político e de Cooperação ainda estão sob sigilo, o governo quer ver o Acordo de Associação completo.



Ainda no dia 7 de fevereiro, em coletiva de imprensa realizada na Câmara dos Deputados, Lúcia Ortiz, Ricardo Canese, Fernanda Melchionna, Célia Xakriabá e Dep. Guilherme Boulos – Deputado Federal pelo PSOL-SP, reforçaram os pontos destacados durante o seminário. O Dep. Guilherme Boulos demonstrou um “compromisso total” da bancada do PSOL com o combate ao Acordo. Ele criticou os impactos econômicos, ambientais e sociais que o Acordo poderia ter “ao estimular ainda mais o agronegócio predatório e o processo de primarização da economia”. Ele advertiu que o Acordo pode contribuir para a desindustrialização do Brasil e comprometer os direitos da classe trabalhadora tanto na América Latina quanto na Europa. “Temos que discutir o modelo de desenvolvimento, porque os povos indígenas, por exemplo, defendem outro modelo que conviva com o meio ambiente”, acrescentou. Além da bancada do PSOL, a bancada do PT também compartilhou as preocupações expressas pelas organizações sindicais, camponesas, indígenas e sociais do Brasil, América Latina e Europa sobre os impactos do Acordo Mercosul-UE. “A falta de transparência e participação no Acordo Comercial Mercosul-UE é inaceitável para o PT”, disse em comunicado.

Como resultado da Conferência, foi anunciado na coletiva de imprensa o Ofício N°003/2023, protocolado dia 07 de fevereiro de 2023 pela Deputada Fernanda Melchionna e assinado por toda a bancada do PSOL. Endereçado ao Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o ofício manifestou a preocupação do partido e da Frente acerca do avanço dos processos de revisão e ratificação do Acordo de Associação Mercosul-UE e Mercosul-EFTA. Com destaque, pontuou a possibilidade de que o Acordo possa significar um incentivo ao aprofundamento do processo de desindustrialização e à reprimarização da economia brasileira, com o fim das alíquotas de exportação para variadas commodities agrícolas e minerais. Além disso, destacou o avanço desmesurado das fronteiras agrícolas e de extrativismo predatório sobre as áreas de floresta e o uso abusivo de agrotóxicos, trazendo danos para populações, povos e comunidades tradicionais, bem como aprofundando os impactos da mineração sobre esses grupos. Ressaltaram também que as cláusulas de proteção ambiental nos acordos de livre comércio têm se mostrado ineficazes para mitigar os efeitos econômicos, comerciais e socioambientais decorrentes das profundas diferenças entre os dois conjuntos de países e de suas configurações socioambientais. Por fim, destacaram a falta do devido debate público e democrático e de participação da sociedade civil organizada, povos e comunidades potencialmente atingidos, em especial aquelas que estão abarcadas pela Convenção nº 169 da OIT.

Há muitos anos a sociedade civil brasileira constrói processos de resistência social contra os acordos de liberalização comercial. Nos anos 2000, a luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) resultou na rejeição do acordo,



considerado deletério tanto no que diz respeito ao desenvolvimento nacional quanto para o cotidiano da vida de cidadãos e cidadãs brasileiros. Naquele momento, nós já havíamos apontado para as trocas comerciais e ecológicas desiguais propostas nos termos da ALCA, algo que se repete agora com o caso do Acordo Mercosul-UE; ao mesmo tempo em que já defendíamos a necessidade de criação de um sistema de governança e participação social transparentes e inclusivos para o caso dos acordos internacionais envolvendo o Brasil. As mais de 200 entidades da sociedade civil organizada, redes, organizações e movimentos sociais do campo ecumênico, sindical, ambientalista e climático, da luta indígena e quilombola, do movimento feminista e de mulheres, e pela defesa da reforma agrária e soberania alimentar que compõem a Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-União Europeia e Mercosul-EFTA reforçam seu posicionamento contrário ao Acordo, levando em consideração a atual correlação de forças e contexto de novo governo. Sendo assim, destacamos a importância da participação social nos debates e construção da política brasileira, tanto nacional quanto externa.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023

**Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA**

**FRENTE BRASILEIRA CONTRA OS ACORDOS MERCOSUL-UE E MERCOSUL-EFTA**